

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**  
**UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE GOIÁS**

LEIDIANE DOS SANTOS FERREIRA

**O RETRATO DA INCLUSÃO NO COLÉGIO ESTADUAL DE APLICAÇÃO**  
**PROFESSOR MANUEL CAIADO**

GOIÁS – GO  
2010

**LEIDIANE DOS SANTOS FERREIRA**

**O RETRATO DA INCLUSÃO NO COLÉGIO ESTADUAL DE APLICAÇÃO  
PROFESSOR MANUEL CAIADO**

Monografia apresentada ao curso de Matemática da Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Goiás-GO, como um dos requisitos para a obtenção do grau de licenciatura em Matemática.

**Orientador:** Ms. Luciano Feliciano de Lima



Universidade Estadual de Goiás  
Unidade Universitária de Goiás  
Coordenação do Curso de Matemática

## O RETRATO DA INCLUSÃO NO COLÉGIO ESTADUAL DE APLICAÇÃO PROFESSOR MANOEL CAIADO

**Leidiane dos Santos Ferreira**

*Trabalho de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Matemática da Universidade Estadual de Goiás, da Unidade Universitária de Goiás como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciado(a) em Matemática*

26 de novembro de 2010

Comissão Examinadora:

Luciano Feliciano de Lima  
Prof. Ms. Luciano Feliciano de Lima – UnU/UEG – Orientador

Kelen Michela S. Alves  
Prof. Esp. Kelen Michela Silva Alves – UnU/UEG – Examinadora

Marlene dos S. Araújo  
Prof. Esp. Marlene dos Santos Araújo – UnU/UEG – Examinadora

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ter me dado forças e conhecimentos necessário para a realização deste. Em especial quero dedicar ao homem que foi muito importante na minha vida, o homem a qual me ajudou para que eu chegasse aonde hoje eu cheguei, Roberto onde quer que você esteja este trabalho foi escrito em sua homenagem, com o resto de forças que ainda me restaram após a sua partida, eu te amo. E aos meus pais que tanto se dedicaram a minha educação.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, pelo dom da vida e por tudo que sou e que tenho.

Agradeço todos que foram meus professores no curso de Matemática. Serão sempre lembrados pela amizade e contribuição.

Ao meu orientador, Prof. Ms. Luciano Feliciano de Lima, agradeço pela forma carinhosa e amigável de orientar. E por ter me tolerando durante todo esse tempo.

A cada um dos meus amigos e colegas, que tive a oportunidade de conhecer durante a minha formação acadêmica, eles podem ter certeza que serão lembrados sempre na minha memória e no meu coração.

Ao meu querido pai, Francisco Dias Ferreira, por ter tido paciência, por ter acreditado em mim e por ter me dado forças para concluir este curso.

Agradeço a pessoa do Roberto Pereira Salgado, que hoje por motivos maiores não se encontra no nosso meio, mas eu sei que lá do alto de onde se encontra, ele festeja juntamente comigo mais um obstáculo vencido. Quando eu pensava que não tinha mais forças para continuar, ele sempre vinha com o todo amor e carinho para me dar forças e ânimo. Obrigado por tudo que fizestes a mim amor, enquanto esteve presente do meu lado.

Agradeço também a minha amiga Ueslaine Cardoso, juntamente com o seu esposo João Batista e sua filha Larissa, por ter me amparado nos momentos que eu mais precisei, por ter sido minha segunda família na minha vida.

A cada um dos funcionários do Colégio Estadual de Aplicação Professor Manoel Caiado que me acolheu durante a execução desta pesquisa.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo entender como uma escola da rede pública de ensino se adapta para acolher alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Para isso procurou-se retratar a rotina do Colégio Estadual de Aplicação Professor Manoel Caiado em Cidade de Goiás. A abordagem utilizada na pesquisa foi o paradigma qualitativo e como instrumento o estudo de caso, pois com o mesmo pode -se fazer o uso de diferentes técnicas e procedimentos de coleta de dados. Foi analisada a legislação que rege a política da educação inclusiva, realizadas entrevistas com professores, servidores e alunos a fim de conseguir retratar o ambiente escolar, considerado inclusivo, a partir do ponto de vista daqueles que constituem a escola. Também foram feitas fotografias para desenhar os contrastes identificados pela lente da pesquisadora. A partir da análise dos resultados obtidos na escola, foi possível identificar aspectos positivos e negativos em relação à inclusão no ambiente escolar comumente conhecido como regular. Pode -se afirmar que esse trabalho contribui para a reflexão sobre a prática pedagógica e para o acompanhamento da integração de portadores de necessidades educacionais especiais na escola pública.

Palavras-chave: Escola pública; Educação inclusiva; Legislação sobre Inclusão.

## **ABSTRACT**

This study aims to understand how a public school education adapts to accommodate students with special educational needs. For that sought to portray the routine application of the State College Professor Manoel Caiado City of Goiás. The approach used in this research was the qualitative paradigm as a tool and a case study because the same can be done using different techniques and procedures for data collection. We analyzed the legislation that governs the policy of inclusive education, interviews with teachers, students and servers in order to portray the school environment, considered inclusive, from the viewpoint of those who constitute the school. Also photographs were taken to draw the contrasts identified through the lens of the researcher. From the analysis of results at school, it was possible to identify positive and negative aspects in relation to inclusion in the school commonly known as regular. It can be stated that this work contributes to the reflection on pedagogical practices and to monitor the integration of people with special educational needs in public school.

Keywords: School; policy Inclusive Education, Legislation on Inclusion.

“Deficiente é aquele que não consegue modificar a sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino”

(Autor desconhecido)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>1. A INCLUSÃO EM GERAL</b> .....	<b>16</b>
<b>2. SOBRE O COLÉGIO ESTADUAL DE APLICAÇÃO MANUEL CAIADO</b> .....	<b>20</b>
2.1 HISTÓRICO DO COLÉGIO .....	20
2.2. QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE OS ALUNOS, SOBRE SI MESMO E SOBRE A ESCOLA .....	22
<b>3. UM OLHAR VINDO DE DENTRO DO COLÉGIO</b> .....	<b>24</b>
3.1. OLHARES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA .....	28
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>40</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>41</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

Nos dias que vivemos hoje a inclusão social é bem mais conhecida do que no passado. Os estudos avançados mostram que uma pessoa portadora de necessidade especial não precisa ser isolada da sociedade, pelo contrário, o convívio com os familiares lhes dá mais apoio para o seu desenvolvimento pessoal. A educação inclusiva encontra dificuldades, em virtude da falta da formação dos professores das classes regulares para atender às necessidades especiais, além de infra-estrutura adequada. De acordo com a lei de Diretrizes e Bases da educação em seu artigo de 20 de dezembro de 1996, a lei 9394/ 96 que diz o seguinte:

### DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio, especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender as suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os super dotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade,

inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no mercado de trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializados e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro para o Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

#### **DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008.**

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no art. 208, inciso III, ambos da Constituição, no art. 60, parágrafo único, da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no art. 9o, § 2o, da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007,

DECRETA:

Art. 1o A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2o O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 2o São objetivos do atendimento educacional especializado:

I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;

II – garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III – fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV – assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Art. 3º O Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

I – implantação de salas de recursos multifuncionais;

II – formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;

III – formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;

IV – adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

V – elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

VI – estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

§ 1º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

§ 2º A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

§ 3º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência.

Art. 4º O Ministério da Educação disciplinará os requisitos, as condições de participação e os procedimentos para apresentação de demandas para apoio técnico e financeiro direcionado ao atendimento educacional especializado.

Art. 5º Sem prejuízo do disposto no art. 3º, o Ministério da Educação realizará o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 6o O Decreto no 6.253, de 13 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

“Art. 9o-A. Admitir-se-á, a partir de 1o de janeiro de 2010, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

Parágrafo único. O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições mencionadas no art. 14.” (NR)

Art. 7o As despesas decorrentes da execução das disposições constantes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8o Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

O tema da educação inclusiva parece ser o assunto do momento e se trata em livros, revistas e outros meios de comunicações sobre a educação inclusiva. Mas, o que pensam os professores, alunos e funcionários da escola sobre esse assunto no contexto de uma escola que vivenciam a inclusão. E como abordar em sala de aula, uma educação que está bastante presente em nossa realidade?

Em relação às perguntas anteriores entende-se que as universidades, além de oferecerem cursos de aperfeiçoamento de pós-graduação, deveriam intensificar o desenvolvimento pesquisas sobre o ensino aos portadores de necessidades especiais, envolvendo instrumentos e recursos que facilitem a vida dessas pessoas, pois o objetivo comum é o de construir um conhecimento capaz de transformar uma realidade, operando mudanças de forma efetiva considerando as diferenças e as individualidades.

Percebe-se que devem ocorrer mudanças profundas no sistema educacional vigente a fim de garantir o cumprimento dos objetivos da inclusão, pois temos dois caminhos a seguir: ou saímos da rotina e buscamos inovar a prática pedagógica diante da inclusão, ou ficamos discutindo que a mesma não é viável, jogando a culpa no sistema de ensino, nos ombros do governo, na família e em todos os setores da sociedade.

Como o nosso intuito é o de dar vozes aos sujeitos que vivenciam a realidade escolar os objetivos aqui propostos serão: entender a integração da pessoa com deficiência em uma escola de rede pública da Cidade de Goiás; como realmente funciona uma escola com tamanha responsabilidade por detrás das leis existentes e vigentes do nosso país, pois a inclusão nos dias de hoje tem se tornado mais presente na nossa realidade, apesar das leis que as leis de diretrizes e bases da Educação Nacional foi estabelecida em 1996; compreender quais os métodos de ensino utilizados para os alunos especiais na escola; ampliar as visões

voltadas para a Educação Inclusiva, fazendo com que a sociedade corra em busca das melhorias.

Diante dos objetivos que se pretende alcançar elencamos algumas questões para direcionar este trabalho monográfico, que envolve a inclusão educacional de portadores de necessidades especiais:

- Como o Colégio Estadual de Aplicação Professor Manoel de Caiado trata os alunos portadores de necessidades educacionais especiais?
- Estamos preparados para essa realidade inclusiva?
- O que ainda falta para que a Educação Inclusiva torne prioridade para os nossos governantes?
- Quem realmente está por detrás da legislação dos portadores de necessidades especiais?

### **O caminho trilhado**

Para dar início a essa pesquisa entrei em contato com a diretora do Colégio Estadual de Aplicação Manuel Caiado na pessoa da profa. Ana Lúcia Mendonça de Lima Cruz. Aproveitei a oportunidade para explicar qual era o objetivo da minha investigação e como ela seria realizada. A diretora foi muito solícita, autorizando a efetivação do trabalho que se daria por meio de entrevistas a professores, servidores e alunos, e através de fotografias do espaço físico.

Em outro momento conversei com a professora de recurso Ana Lucia de Oliveira que auxiliou no contato com professores e alunos que seriam entrevistados para a composição dos dados. A professora Ana Lucia relatou sobre a forma com que a escola se adaptou para, na vivência diária, integrar às atividades desenvolvidas aos alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Fez questão de salientar a dedicação dos profissionais envolvidos para obter possibilitar o desenvolvimento dos alunos considerados “especiais”. Colocamos entre aspas o termo especial porque acreditamos que todos os alunos são especiais, ou seja, que cada indivíduo é único e de alguma forma necessita de uma atenção especial.

Em outras idas ao colégio em outras oportunidades, foram necessárias oito visitas, para realizar algumas entrevistas com áudio com professores e alunos. O roteiro para a entrevista encontra-se nos anexos do presente texto.

Obtive no caminho alguns obstáculos, pois havia necessidade de entrevistar o comandante dos bombeiros, o qual não estava disponível nos dias que eu o procurei, a

promotoria, a secretária de educação. Tinha por objetivo saber quais as adaptações físicas e humanas necessárias para a inclusão. Isso não foi possível devido aos desencontros e falta de horário por parte das autoridades procuradas, entrevistas estas que poderia enriquecer mais ainda este trabalho, tentei conversar com o promotor da cidade de Goiás, mais era necessário que tivesse horário marcado, a secretária me informou que por alguns dias a agenda dele estava bem cheia.

### **Por que realizar essa pesquisa?**

Os motivos que levaram a escolha desse tema foram à falta de investimentos para o processo de inclusão em escolas públicas, as dificuldades e preconceitos que alunos portadores de necessidades educacionais especiais ainda encontram numa sala de aula regular. Uma sociedade sem exclusões é, para nós, apenas um vislumbre.

Não há a pretensão de ensinar a ninguém como fazer a inclusão, pois inclusão é um processo, e processo não se ensina, vivencia. O que se pretende é tentar, de alguma maneira, contribuir para a reflexão sobre a educação inclusiva de modo geral, a partir de visualização da realidade de uma escola pública do interior do estado de Goiás.

### A composição do texto

Para uma melhor exposição de como foi realizada essa investigação e sobre as possíveis respostas para as perguntas de pesquisa optou-se por organizar o texto da seguinte forma:

- A introdução que trás um breve histórico da inclusão nos dias de hoje, algumas indagações feitas para que o leitor possa despertar um olhar voltado para a educação especial.
- O primeiro capítulo aborda a história da inclusão de um modo geral, como essas pessoas com algum tipo de deficiência eram tratadas de forma discriminatória, os avanços que os portadores de necessidades especiais tiveram ao longo dos anos. Retrata também sobre institucionalidade, uma experiência que isolava o individuo da sociedade.
- E finalmente uma conclusão em que discute onde realmente estão nossos governantes perante tamanha situação que a educação inclusiva ainda enfrente na atualidade. Que inclusão não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas.

## A INCLUSÃO EM GERAL

A busca pela inclusão social de portadores de necessidades especiais vem seguindo ao longo dos anos, com alguns alcançados avanços devidos as muitas lutas de familiares e dos próprios portadores de deficiência. É claro, que acima de todos os avanços tiveram de enfrentar inúmeras barreiras tais como as barreiras arquitetônicas e também as atitudinais, estas mais difíceis de serem enfrentadas, pois se manifestam através dos pré -conceitos que os indivíduos fazem dos outros.

Marley Kniphoff (2006) afirma que a inclusão tem um significado de fazer parte, estar dentro, inserir. Em relação aos portadores de necessidades especiais, defende que devam ser incluídos no mesmo espaço que crianças qualificadas pelo sistema escolar como normais, pois ambas têm os mesmos direitos perante a lei.

Uma reflexão sobre a educação de portadores de necessidades educacionais especiais leva a considerar que um grande número de escolas, ainda hoje, precisa re ver alguns conceitos e fazer mudanças e adaptações necessárias para incluir esses alunos.

As mudanças e as adaptações físicas devem ser feitas com todo corpo docente, que necessita de cursos para a capacitação na área Educação Especial. O Projeto Político Pedagógico (PPP) também deve sofrer mudanças, das quais possam incluir os PNE's (Portadores de Necessidades Especiais).

Para que essas mudanças e reformulações ocorra no PPP é necessário que ocorra também no corpo docente, comunidade, líderes sociais e escola, que devem estar juntos e unidos.

A união em prol da inclusão escolar pode favorecer a diminuição de atitudes discriminatórias existentes na sociedade. Essas atitudes poderão ser combatidas por meio de auxílio da escola, como afirma Aranha(2001) o termo inclusão não passará de um modismo.

“A palavra inclusão invadiu o discurso nacional recentemente passando a ser usada amplamente, em diferentes contextos e mesmo com diferentes significados. Este fato, ao invés de favorecer a compreensão sobre a que a palavra se refere, tem feito dela um simples modismo, uso muitas vezes superficial de um rótulo, vazio de significação social” (Aranha, p.1)

Há um importante processo histórico que mostra a luta pelos direitos dos portadores de necessidades especiais. Nota-se um conjunto de mudanças de idéias que faz parte da história. Fazendo uma busca de dados na Idade Antiga e na Idade Média, neste período, pessoas portadoras de necessidades especiais eram colocadas em exibição em circos, descobrimos que muito pouco se sabe sobre estes. Já nas literaturas gregas e romanas encontram -se alguns

livros que relatam alguns tipos de necessidades especiais e como as pessoas eram tratadas devido a isso.

“A Bíblia traz referências ao cego, ao manco e ao leproso – a maioria dos quais sendo pedintes ou rejeitados pela comunidade, seja pelo medo da doença, seja porque se pensava que Deus estava punindo os doentes.” (Aranha, 2001, p.3)

A Bíblia nos traz exemplos de como as pessoas eram tratadas por nascerem diferentes. Percebe-se que nada era feito em relação a essas pessoas. As pessoas portadoras de deficiências físicas ou mentais eram ignoradas, sobrevivendo apenas da caridade dos outros.

Martinho Lutero deu início a uma nova igreja que ficou marcada por suas atitudes opostas a da Igreja Católica.

Com a reforma protestante, dois novos sistemas políticos religiosos foram criados. E ambos os sistemas viam a deficiência como uma rejeição de Deus, por causa do pecado. O próprio Lutero dizia:

“...o homem é o próprio mal quando lhe faleça a razão ou lhe falte a graça celeste a iluminar-lhe o intelecto:...” (Aranha, 2001, p.5)

Com o surgimento da burguesia, com relação à deficiência, começaram a surgir novas idéias. A sociedade passou a ter uma relação com essas pessoas desse tipo diferenciada, marcada pela iniciativa de Institucionalização Total.

“Instituição Total é amplamente aceita até hoje – “ um lugar de residência e de trabalho, onde um grande número de pessoas, excluídos na sociedade mais ampla por um longo período de tempo, levam juntos uma vida enclausurada e formalmente administrada” (Goffman, 1962, XIII)”

No século XVII a burguesia passa ao poder fortalecendo a produção capitalista, fundamentando assim classes que legitimassem a desigualdade social. A Igreja começa a perder o poder na educação, assim sendo vez do Estado.

Mas ainda assim, a deficiência mental continuava sendo hereditária. Só por volta de 1800, Guggenbuhl cria uma instituição destinada a cuidados e tratamentos para pessoas com esse tipo de deficiência.

A Instituição era uma experiência que isolava o indivíduo da sociedade segundo Goffman. A partir dessa manifestação vários autores passaram a escrever sobre a Instituição Total focando nas suas características e nos efeitos provocados nas pessoas que ali se encontravam.

Vail (1996) diz que a Instituição torna a pessoa incapacitada de viver uma vida em sociedade, isso se o indivíduo ainda conseguir sair. Pauline Morris (1969) traz relatos de estudo desenvolvidos na Inglaterra e os resultados que ele obteve não foram muito diferentes de outras localidades. As más condições dos prédios, a falta de pessoas especializadas nessas

áreas, o isolamento da comunidade e a criação de regras feita por pessoas que nada sabiam a respeito das reais condições que essas pessoas necessitavam.

Um exemplo sobre esse tipo de situação é do filme “**Bicho de Sete Cabeças**” estrelado pelo ator Rodrigo Santoro, o filme conta a história de um garoto que se envolveu com amigos usuário de drogas, sua família com pouca informação e sem conhecimento encontra no bolso do casaco de seu filho um cigarro de maconha. Mesmo seu filho explicando o que aconteceu a sua família decide levá-lo para o internato pensando em sua recuperação. Sem dar nem uma explicação para o garoto do internamento seu pai diz que vai levá-lo para uma clínica para fazer uns exames de rotina. Na clínica seu pai preenche a ficha de internamento do SUS (Sistema Único de Saúde) e poucos minutos o garoto já é abordado pelos enfermeiros muito assustado sem saber o que está acontecendo o garoto fica muito agressivo e nervoso até aplicar uma dose que é chamada de sossega leão. Em poucos minutos o garoto dorme, só vai acordar depois de sete dias. Seu pai sai triste mas feliz pensando que aquela escolha é o melhor para o seu filho. E na verdade ali começa tortura e muita dor, o tratamento ainda não mudou muito, em nosso país são usados tratamento contenção, coleiras, tratamento de sangria e choque sem compaixão pela sociedade, mesmo se o paciente mental conseguir obter seu controle sobre a doença. Do lado de fora a sociedade discrimina os doentes mentais, eles sentem rejeitados pela sociedade e acaba voltando para o manicômio. Ainda vivemos num país assim com um povo sem amor e sem respeito, agora com a reforma da psiquiatria pensamos que ia mudar o atendimento o acompanhamento desses doentes, mais ainda não mudou quase nada.

Os volta dos anos 60 fica marcado pelas mudanças no padrão de relação da sociedade com as pessoas com deficiência.

“A palavra desinstitucionalização tem um prefixo que por se sugere o afastamento de uma instituição. Os primeiros usos da palavra descrevem os esforços para tirar as pessoas de instituições, colocando-as num sistema, o mais próximo possível, do que fosse o estilo de vida normal numa comunidade.” (Aranha, 2001, p.11) (Essa também é a luta vivida pelo protagonista do filme Bicho de Sete Cabeças após sair do manicômio.)

Mediante aos acontecimentos que vieram perante a sociedade foi configurado um novo paradigma, o **Paradigma de Serviço** de relação entre a sociedade e a parcela representada pelas pessoas com deficiência, este teve por objetivo ajudar PNE's a chegar mais próximo a uma vida normal possível. Logo então, começaram a surgir manifestações que vivenciavam as consequências do processo.

Nos países do mundo ocidental que primeiro vivenciaram o processo de desinstitucionalização, diziam que a luta pela defesa dos direitos humanos e civis das pessoas

com deficiências se aproveitou das brechas criadas pelas contradições do sistema sócio-político-econômico para avançar na sua integração na sociedade. Com o princípio da normalização, deu-se o afastamento das pessoas das instituições. A partir daí criou - se o conceito da integração, que significava localizar no sujeito o alvo da mudança.

O paradigma de serviço, logo começou a receber críticas vindas até mesmo das próprias pessoas com deficiências. Uma das importantes críticas foram a da expectativa que a pessoa com deficiência se assemelhasse as pessoas normais, não deficientes. A idéia de normalização começa a perder forças.

Então caberia a sociedade oferecer os serviços que as pessoas com deficiência necessitarem. Com essa e outras idéias foi fundamentado o **Paradigma de Suporte**, que se caracteriza pelo pressuposto que as pessoas com deficiências têm direito a uma convivência não segregada e ao acesso aos recursos disponíveis aos demais cidadãos. Foi nesta busca que buscou a disponibilização de suportes, suportes estes de diferentes tipos e que tem como função o favorecimento da inclusão social, que esta dá o direito da pessoa com deficiência ter igualdade de acesso ao espaço comum de vida em sociedade.

A inclusão social é um processo que diz respeito não somente aos cidadãos com deficiência, mas sim a todos.

## **2. O COLÉGIO ESTADUAL DE APLICAÇÃO PROFESSOR MANUEL CAIADO**

Segue adiante alguns aspectos do Colégio Estadual de Aplicação Professor Manuel Caiado anexados no Plano Político Pedagógico (PPP).

Hoje, o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentam, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização e social.

### **2.1. HISTÓRICO DO COLÉGIO**

A história do Colégio de Aplicação Professor Manuel Caiado, se deu a partir da junção do Colégio de Aplicação e do Colégio Estadual Professor Manuel Caiado, conforme a história descrita.

O desejo de criar o Colégio de Aplicação da Faculdade de Filosofia Cora Coralina com o objetivo de ser ele o campo de Estágio e Pesquisa para os alunos da Faculdade, nasceu desde o início da gestão da Professora Maria do Carmo Ribeiro Abreu e teve o respaldo da senhora Secretária de Educação do Estado de Goiás Professora Terezinha Vieira dos Santos. Esse desejo, por motivo de reorganização interna da Universidade ficou adormecido por um ano e meio.

Com a mudança de prédio da Faculdade de Filosofia Cora Coralina reapareceu a idéia do Colégio depois de audiências e conversas com a Exma. Secretária de Educação, esta o implantou e a inauguração aconteceu em 17.02.1997.

O Slogan do Colégio de Aplicação – **“Solução inteligente para o ensino”** foi criado no período de planejamento com os professores e tem a ousadia de ultrapassar os morros de nossa Vila Boa e ser fonte de divisa para o ensino público de Goiás.

Desde sua criação até meados do ano de 2000, o Colégio pertenceu à Faculdade, mas era subordinado também à Delegacia Regional de Educação da Cidade de Goiás (DRE).

No mês de agosto do ano de 2000 a Universidade Estadual de Goiás -UEG optou por repassar os Colégios de Aplicação para a Secretaria Estadual de Educação. Sendo assim, o Colégio passou a ser da rede estadual de educação.

O Colégio Estadual Professor Manuel Caiado foi criado em 1903, com um curso primário anexo à Escola Normal e composto de duas classes sendo uma feminina e outra masculina. Esse curso anexo foi em 1918, transformado em Grupo Escolar, pelo Dr. João Alves de Castro (Governador do Estado).

No dia 20 de fevereiro de 1919 foi o Grupo solenemente instalado com o nome de Grupo Escolar da Capital, mas continuou a funcionar somente com as duas classes. Em 1923, foram nomeados novos professores, organizando -se então, oito classes mistas.

Em 1929, sendo Secretário da Educação o Dr. Gumercindo Márquez Otero, foi o Grupo remodelado e passou a chamar-se Grupo Escolar Modelo até 1937, quando foi transferido para a Capital (Goiânia), e o daqui passou a chamar -se Grupo Escolar de Goiás e recebendo em 1948 o nome de Grupo Escolar “Manuel Caiado”.

Recebeu esse nome em homenagem a um professor que lecionava português e francês no Colégio Estadual e em sua residência, à Praça Desembargador Dr João Alves de Castro, nº 10 na cidade de Goiás.

A partir do dia 17 de março de 1973 o Grupo Escolar “Professor Manuel Caiado” passou a funcionar em um prédio novo, construído pelo Estado à rua Gercino Monteiro s/nº, atual rua Edgar Camelo s/nº.

De acordo com a Lei nº 8780, de 20 de janeiro de 1980, que dispõe sobre o Sistema Estadual de Ensino, estabelece no artigo 141 a nova forma de denominação das escolas estaduais e municipais; ficou a escola assim denominada: Escola Estadual Professor Manuel Caiado”, por oferecer apenas o ensino de 1º grau. Em 1988, criou-se o Ensino Fundamental do 1º grau pela portaria 001/88 de Janeiro de 1988.

Em 1993 começou a funcionar a Biblioteca Escolar Registrada com o nome de Biblioteca São Joaquim.

Em 2002 sob a portaria C.E.E. 1218/2002 implantou -se o Ensino de Médio – Educação para Jovens e Adultos - EJA., determina a S.E.E. que por força do art. 25 item 11 de resolução nº 354 de 40/11/1998, a Escola passa a denominar -se Colégio Estadual Professor Manuel Caiado.

Em outubro de 2005 decide-se pela junção do Colégio Estadual Prof. Manuel Caiado com o Colégio de Aplicação, formando uma nova escola que terá o nome de Colégio Estadual de Aplicação Professor Manuel Caiado e a mesma aconteceu a partir de janeiro de 2006.

A junção se deu devido ao fato do Colégio de Aplicação, que ocupava o prédio da UEG não poder mais utilizá-lo e o Colégio Estadual Professor Manuel Caiado possuía salas

ociosas no turno matutino. Para atender a demanda das duas escolas fez -se necessário à construção de mais 4 salas.

Hoje o Colégio encontra-se com os aspectos legais totalmente em dia, ou seja, foi recentemente Renovado o seu Reconhecimento através da **Resolução CEE nº 600/08** de 15/08/2008, até 31 de dezembro de 2011 para ministrar o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano.

A partir do ano letivo de 2009 o colégio oferecerá também a modalidade de Ensino Médio sendo este implantado pela S.E.E. E se encontra em processo de autorização.

## **2.2. QUE PENSAM OS PROFESSORES SOBRE OS ALUNOS, SOBRE SI MESMO E SOBRE A ESCOLA**

Com relação ao processo ensino e aprendizagem a equipe escolar do Colégio constatou algumas deficiências relacionadas ao desempenho acadêmico do aluno e ao pleno desenvolvimento desta unidade.

Após observação e análise do contexto do PPP(Plano Político Pedagógico) percebemos que existem vários problemas que interferem no bom rendimento escolar sendo eles:

- desestrutura familiar, lares que na sua maioria são formados por mães e avós;
- a falta de visão por parte dos alunos e familiares de que a aprendizagem é um fazer elaborado que necessitam de compromisso, dedicação, continuidade e acompanhamento;
- alguns alunos demonstram necessidades especiais, porém, a escola não dispõe de mecanismos que lhe dê suporte para trabalhar com essa criança;
- falta de organização na rotina diária do aluno;
- deficiência no transporte coletivo e rural para atender aos alunos que residem nos diferentes setores do município.

Dentro do aspecto de recursos humanos podemos enumerar alguns fatores:

- a necessidade de um maior entrosamento entre o grupo administrativo e pedagógico;
- percebemos certo nível de stress devido à sobrecarga de atividades e também de exigências burocráticas a serem cumpridas;
- pouca disponibilidade de tempo e financeiro para o aprimoramento profissional.

No que se refere à organização da escola mencionamos os seguintes pontos:

- a comunhão de idéia entre todos os membros da equipe;
- o fluxo de informações entre a equipe;

- a necessidade de substituição e/ou reparos de alguns recursos didáticos.

Ao analisarmos o aspecto físico da escola observamos que:

- a necessidade de murar uma das laterais da escola;
- a construção de salas destinadas a professores e também de uma quadra coberta;
- o prédio precisa de reparos na parte hidráulica, elétrica, cobertura e pintura;
- melhorar as condições do jardim com replantio de árvores e instalação de bancos

melhorando o espaço de lazer

### 3. UM OLHAR VINDO DE DENTRO DO COLÉGIO

Atualmente vivenciamos uma época de transformações cada dia mais forte. A escola é delegada a responsabilidade para construção de uma sociedade que propõe a inclusão dos considerados “diferentes”. Promover a inclusão no espaço escolar é apenas uma pequena parcela do grande caminho que a promoção de uma inclusão real e legítima. Nosso desafio como profissionais da educação será o de trabalhar por uma escola inclusiva com qualidade de ensino.

Durante o processo de pesquisa no Colégio Estadual de Aplicação Manuel Caiado, observa-se as opiniões dos professores, as suas posições mediante a inclusão, o que eles realmente esperam diante dessa integridade deficitária?

Segundo o decreto nº 6.571, de 17 de dezembro de 2008, no Art. 3º diz que “O Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendem aos objetivos previstos neste Decreto: I – implantação de salas de recursos multifuncionais”, isso realmente é bonito apenas no papel, porque na realidade do Colégio mediante a esse apoio financeiro está bem distante, o Colégio não possui uma sala de recurso adequada para receber os alunos PNE’s, pois falta verba para a construção da mesma. Em relação à adequação arquitetônica do prédio escolar para a acessibilidade, as modificações feitas ao Colégio têm suprido as necessidades dos cadeirantes, as rampas de acesso têm dado a oportunidade do aluno se deslocar por toda escola, mas ainda há necessidades em algumas modificações .

Alunos e professores enfrentam uma luta constante pela inclusão social, ambos almejam que a inclusão possa alcançar seus verdadeiros objetivos, de fazer valer as leis.

Quem não gostaria de poder mudar um pouco dessa história que caminha há tanto tempo, mas que somente agora vem tomando espaço perante a sociedade. Como se fosse uma criança a inclusão ainda está no processo de começando à caminha com as próprias pernas, mais ainda falta muito para que esta chegue à sua fase adulta.

Percebe-se que há alunos portadores de necessidades educacionais, que estão dispostos a lutarem em busca de um futuro melhor, um exemplo do colégio é o aluno Thalisson Cosme Lúcio Cunha, 19 anos de idade, ele possui diplegia, está cursando o 1º ano do ensino médio, acha ótimo por estudar numa sala de aula regular, porque gosta de ficar no meio das pessoas,

ele pensa em seguir a diante, não apenas concluir o ensino médio e parar, ele quer mais, que ir mais adiante, Thalisson pensa em se ingressar numa faculdade, no futuro próximo.

Sua professora de apoio Maria Isabel G. de Souza, 44 anos de idade, formada em Letras, Pós-Graduada em Psico-Pedagogia, atua a 19 anos na área da educação e 12 anos com a educação inclusiva. Possui várias especializações, as quais dão condições necessárias para trabalhar com os alunos portadores de necessidades educacionais. Ela está disposta a ajudar o Thalisson a correr atrás dos sonhos dele, como o de ingressar em uma universidade. A professora aponta as potencialidades vista na inserção de pessoas com necessidades especiais, que é algo fundamental do desenvolvimento, tanto escolar como das pessoas que está sendo incluída. A escola ganha muito com esses alunos, ela proporciona aos outros alunos uma forma diferente de encarar as pessoas com normalidade e a pessoa que está sendo incluída também ganha, porque ela vai se inserir num grupo, pois de outra forma ela estaria em casa isolada.

A professora não deixa de mencionar as dificuldades encontrada nessa inserção dos alunos PNE's em relação às adaptações de ambiente, o próprio prédio tem algumas dificuldades para a locomoção de alguns cadeirantes, a questão do material didático, os recursos que o colégio possui são muitos poucos, a Secretária de Educação promete muito, mas esses materiais nunca chegam. Com esses materiais em mãos, poderia facilitar muito a aprendizagem desses alunos.

Ela não deixa de falar nas dificuldades encontradas na elaboração das aulas, possui total apoio do colégio, mas as adaptações necessárias para o Thalisson às vezes são feitas de última hora, dentro mesmo da sala de aula, pois sentar com cada professor de cada disciplina é impossível, pois os professores não lecionam apenas no Colégio Estadual de A plicação Professor Manuel de Caiado, eles também lecionam em outras instituições de ensino.

O caso do Thalisson é um dos poucos que se percebe no colégio, pois a maiorias dos PNE's possui um grau de dificuldade maior, são mais comprometidos em relação à aprendizagem, um exemplo é a aluna Ana Beatriz Gonçalves da Silva, de apenas 12 anos, cadeirante, tem certa dificuldade ao falar, estuda na 5º série do ensino fundamental. Ela gosta muito de estudar no colégio, assim ela pode ficar mais perto do irmão dela, comenta que na sala de aula onde ela estuda possui alguns meninos que fazem graça para que ela possa dar risadas, menciona que no colégio tem com quem brincar. A gente acaba percebendo que a socialização desses alunos é muito importante para o desenvolvimento dos próprios. Ela nos relata que não gosta quando a sua professora de apoio passa muita tarefa, e nem gosta de

prova, fala também das dificuldades encontrada pela professora de apoio ao subir algumas rampas com a aluna, é necessário ajuda de terceiros para que possam subir.

Maria de Lurdes Noronha é a professora de apoio da aluna Ana Beatriz, aos seus 51 anos de idade, formada em Pedagogia, em psico-pedagogia, pós-graduada na inclusão, possui algumas especializações de capacitação. Tem 17 anos na área da educação e a 5 anos vem trabalhando na área da inclusão. A professora menciona que os alunos PNE's tem muitas potencialidades quando estão motivados e tem espaços para eles criarem. A sua aluna tem dificuldades na escrita, mas tem a facilidade na expressão oral. Em relação ao apoio para as adaptações das atividades, a professora Lurdes sempre trabalha com a professora titular, faz as adaptações necessárias com a ajuda da professora de recurso, que é a própria coordenadora.

Os métodos de avaliação dos alunos PNE's são feitas através de relatórios bimestrais, que é chamado de PI, alguns alunos até possuem notas, pela realização das atividades feitas em sala, mas essas notas são mais a título, para que possam se sentir iguais aos outros.

Nas salas de aula onde cada aluno com necessidade especial estuda a gente vê a compreensão dos demais alunos, a colaboração para o desempenho do colega, a interação que é percebida entre eles, e isso é muito bom para o aluno especial, a convivência com outras pessoas só tende a melhorar o desenvolvimento do próprio. A questão é de tratar elas de forma igual, pois elas não são diferentes, são diferentes na forma de aprendizagem, de assimilar os conteúdos, mas elas tem a mesma potencialidade que uma criança normal tem, os professores tem que saber explorar.

Em algumas situações os professores de apoio não são vistos como professores, para muitos funcionários do próprio colégio, são vistos como babás, alguns alunos acham que são parentes, mãe, tia, menos professor e isso é uma dificuldade também encontrada, mas pelo professor de apoio. Existem vários cursos para professores de apoio, mas não existe curso para os professores regente e nem para os funcionários no geral, então acaba o professor regente na sala de aula não sabendo qual a função dele para lidar com as crianças portadoras de necessidades especiais. Acaba que ele deixa o aluno por conta do professor de apoio.

Acreditamos que quando uma criança é incluída na escola regular, sua família também o é, e, além disso, a família representa a continuidade das aprendizagens oferecidas aos alunos na escola, além de ser indispensável no oferecimento de informações que irão subsidiar o trabalho pedagógico.

Segue abaixo um quadro, no qual relaciona à quantidade, os nomes, as suas respectivas série de ensino a qual faz parte, o turno que frequentam e o diagnóstico, ou melhor, o laudo médico.

Nome do aluno	Série	Turno	Diagnóstico	Prof.(a) de apoio
José Eduardo dos Santos Rezende	4º EF	Vespertino	CID: P. 21 / G. 40	Maria do Carmo de Brito
Ana Beatriz Gonçalves da Silva	5º EF	Vespertino	CID: 10980	Maria de Lurdes Noronha
Uliane Fernanda Campos do Espírito Santo	6º EF	Vespertino	Oligofrenia	Soraya Pereira de Souza
Kescley Pereira Lemes	6º EF	Vespertino		Eliane Soares de Matos Curado
Daniel Gonçalves de Souza	7º EF	Vespertino	CID: 10980	Sara Rodrigues Barroso
Raquel Helena Pedrosa da Silva	7º EF	Vespertino	CID: F.71	Sara Rodrigues Barroso
Fernanda Raquel Gonzaga da Costa	7º EF	Vespertino	Atrofia cortico-subcortical difusa incomum para a idades	Valéria Pinto Botelho de Moraes
Karine Ferreira da Silva	7º EF	Vespertino	CID: 72	Valéria Pinto B. de Moraes
Thalisson Cosme Lúcio Cunha	1º EM	Matutino	Diplegia	Maria Izabel G. de Souza

Quadro I : Diagnostico dos alunos portadores de necessidades especiais

O diagnóstico feito pelos médicos vem todos assim com uma espécie de codificação que apenas os próprios sabem dizer, mas a força de vontade foi além, através da internet busquei alguns significados dessas codificações, o que cada representa:

CID: P. 21 = Asfixia ao nascer

G. 40 = Epilepsia

CID: 10980 = Nada a respeito foi encontrado

Oligofrenia = designa a gama de casos onde há um déficit de inteligência, no ser humano, compondo a chamada tríade oligofrênica: debilidade, imbecilidade e idiotia, que significa: 1. Que(m) é pouco inteligente; tolo, imbecil. 2. Que(m) sofre de idiota

Atrofia cortico-subcortical difusa = associada a perda neuronal intensa do núcleo caudado e putâmen, com resultante atrofia estriatal são as alterações.

CID: F. 71 = Retardo mental moderado

CID: F. 72 = Retardo mental grave

Diplegia = é a paralisia de dois membros do corpo, sejam eles quais forem, é causada por rompimento de meninge na altura da oitava vértebra torácica.

### 3.1. OLHARES PARA UMA ESCOLA INCLUSIVA

#### Os portões de acesso ao colégio

Em se tratando dos portões que dão acesso à escola a foto 5 mostra as duas entradas existentes. É possível perceber que são bem distantes uma da outra. Talvez esse seja um exemplo de exclusão dentro da inclusão. Afinal, todos merecem entrar pelo portão da frente, mais devido a grande escadaria retratada na foto 1, os alunos cadeirantes tem que subir pela rampa de acesso que o colégio possui, como podemos ver nas fotos 2, 3 e 4. A rampa também não facilita muito, a sua inclinação faz com que o responsável por cada aluno cadeirante utilize de muita força para levar o aluno para dentro dos muros da escola.



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto1 – Entrada principal**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 2 – Entrada lateral, para cadeirantes**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 3 – Rampa bem declinada**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 4 – Outra rampa após a rampa de entrada**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 5 – As duas entradas do Colégio**

## A Biblioteca

As fotos 6 e 7 mostram o espaço que a biblioteca ocupa. Como é possível perceber vemos que ela possui um espaço bastante restrito para alunos portadores de necessidades especiais, em especial se considerarmos os cadeirantes. Os espaços entre as prateleiras é pequeno para o trânsito de alguém em uma cadeira de rodas.

Também é preciso que se ressaltar que o material para cegos é inexistente nesse ambiente que a legislação considera como inclusivo. Uma pergunta a ser feita é: O que significa inclusão quando há limitação para se entrar na biblioteca, no caso de cadeirantes, ou quando a mesma não possui material de leitura para alunos cegos?



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 6 – A disposição das prateleiras na biblioteca**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 7 – O espaço para transitar na biblioteca**

### **Acesso ao banheiro**

O acesso ao banheiro também é problemático. A foto 8 mostra verdadeiros obstáculos que alunos cadeirantes, ou cegos, e seus respectivos professores de apoio, enfrentam para conseguir ter acesso ao banheiro. Há armários, um mural, uma mesa para o jogo de tênis de mesa dentre outras coisas que se encontram pelo caminho com algumas cadeiras e mesas que já não são mais utilizadas pelos alunos.

A foto 9 possibilita visualizar o estreito corredor que dá acesso aos vasos sanitários. Esse espaço dificulta os movimentos que uma pessoa em cadeira de rodas necessite fazer. É algo muito difícil para um cadeirante ir sozinho a o banheiro.

A foto 10 mostra outro obstáculo. Há um desnível entre os pisos do corredor e do banheiro. Mais uma dificuldade que um cego, ou um cadeirante, precisam enfrentar para ter acesso ao banheiro.



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 8 – Corredor que dá acesso banheiro**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 9 – Corredor dentro do banheiro**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 10 – Desnível na porta para a entrada do banheiro**

## **Banheiros**

A foto 11 mostra as condições internas do banheiro feminino da escola, onde o banheiro masculino frequentados pelos alunos também encontra-se nas mesmas condições, após conseguir entrar no banheiro há outros obstáculos a se considerar. Por exemplo, na foto 12 é possível notar que um cadeirante não consegue entrar com sua cadeira no espaço em que se encontra o vaso sanitário. As portas que dão acesso aos vasos sanitários são muito estreitas, não tem espaço suficiente para uma cadeira de rodas. Outro obstáculo, visível na foto 13, é uma espécie de mesa que é utilizada como fraldário pelos professores.



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 11 – Espaço do banheiro**



**Foto 12 – Porta de acesso ao vaso sanitário**



**Foto 13 – Mesa fraldário**

## O Pátio da escola

No pátio do colégio há várias rampas de acesso, para os alunos cadeirantes. Podemos observar, retratadas nas fotos 14 e 15, essas rampas. Elas foram adaptadas pelo colégio.

A foto 16 mostra mais um obstáculo enfrentado pelos cadeirantes, pois o espaço entre os bancos da mesa de cimento e entre a parede é bem estreito, fazendo assim, com que esses tenham que dar a volta por trás da cantina, utilizando as rampas de acesso das fotos 14, 15 e 19 para que possam ter acesso ao segundo pavilhão de salas de aula.

A rampa da foto 17 dá acesso ao almoxarifado, que também é usado como sala de apoio.

A foto 18 dá acesso as salas do pavilhão principal, ou melhor, o da frente.

Na foto 20 observamos mais um pequeno degrau que também dificulta o acesso para um aluno cadeirante.



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 14 – Uma das rampas que dá acesso o segundo pavilhão**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 15 – Rampa que fica por de trás da cantina**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 16 – Mesa de cimento**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 171 – Rampa de acesso ao almoxarifado**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 182 – Rampa de acesso ao pavilhão principal, o da frente**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 19 – Rampa que da acesso a quadra de esporte**



Autora: FERREIRA, L. S (2010)

**Foto 20 – Degrau de pequeno nível como obstáculo**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos finalmente que a inclusão educacional é um processo ainda a ser construído, visto que as práticas exercidas na maioria das escolas não contemplam um processo fidedigno que visa à aprendizagem e o desenvolvimento das potencialidades dos alunos.

Caminhamos ainda muito timidamente na formulação de políticas públicas que favoreçam um real processo de inclusão educacional, embora muitas conquistas tenham ocorrido e possam ser historicamente comprovadas, mas ainda é pouco.

Incluir não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Não é simplesmente inserir uma pessoa em ambientes destinados à sua educação, saúde, lazer, trabalho. Implica também acolher todos os atores de um dado grupo, independentemente de suas características; é considerar que as pessoas são seres singulares, diferentes uns dos outros e, portanto, sem condições de ser categorizados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. *PARADIGMAS DA RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*. UNESP – Marília - 2001

KNIPHOFF, Marley. *A EDUCAÇÃO INCLUSIVA COMO FORMA DE TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE*. Educere Educarte, Revista de Educação Vol. I jan/ jun. 2006 p.99 – 102

SANTOS, Mônica Pereira dos. PAULINO, Marcos Moreira. *INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO: CULTURAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS*. (orgs.) – 2. Ed. – São Paulo : Cortez, 2008

PRADO, Ana Maria C. C. MAROSTEGA, Vera Lucia. *A INCLUSÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM ÂMBITO SOCIAL E ESCOLAR*. Disponível em <<http://www.pedagogobrasil.com.br/educacaoespecial/ainclusaodoportador.htm>> Acesso em: 18/ 06/ 2010.

SANT'ANA, Izabella Mendes. *EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEPÇÕES DE PROFESSORES E DIRETORES*. Psicologia em estudo, Maringá, v.10 n.2, p. 227 – 234, mai/ ago. 2005

Projeto Político Pedagógico 2009 – Colégio Estadual de Aplicação Professor Manuel de Caiado

Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec3298.pdf>> Acesso em: 18/ 06/ 2010

Fragmento do texto da Lei 9.394/ 96, de dezembro de 1996. Disponível em <<http://fisioterapiaalphaville.com/?p=71>> Acesso em: 18/ 06/ 2010

Sites:

Acesso < 02/ 11/ 2010 >

<[http://www.medicinanet.com.br/cid10/1560/f71\\_retardo\\_mental\\_moderado.htm](http://www.medicinanet.com.br/cid10/1560/f71_retardo_mental_moderado.htm)>

<[http://www.medicinanet.com.br/cid10/1560/f71\\_retardo\\_mental\\_moderado.htm](http://www.medicinanet.com.br/cid10/1560/f71_retardo_mental_moderado.htm)>

<[http://www.medicinanet.com.br/cid10/1560/f71\\_retardo\\_mental\\_moderado.htm](http://www.medicinanet.com.br/cid10/1560/f71_retardo_mental_moderado.htm)>

<[http://www.medicinanet.com.br/cid10/1560/f71\\_retardo\\_mental\\_moderado.htm](http://www.medicinanet.com.br/cid10/1560/f71_retardo_mental_moderado.htm)>

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Diplegia>>

<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Oligofrenia>>

<[http://www.networksistemas.com.br/neuropsicologia/neuro\\_disfuncoes.htm](http://www.networksistemas.com.br/neuropsicologia/neuro_disfuncoes.htm)>

# **ANEXOS**

## Roteiro para as entrevistas

### ENTREVISTA PARA OS ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

- 1) Qual o seu nome?
- 2) Quantos anos têm?
- 3) O que você acha de estudar numa sala regular?
- 4) Você gosta do ambiente escolar? Por quê? (Esperamos que eles comentem sobre a dificuldade do espaço físico)
- 5) Por que você gosta de estudar na sua turma?
- 6) Você tem um professor que lhe acompanha? Se tem: Gosta dele, por que? Se não tem: Sente falta do professor de apoio? Por quê?
- 7) O que você aprendeu em matemática?

**Específicas ao aluno cadeirante:** O que você acha da acessibilidade da escola? Por quê? Gostaria de poder mudar alguma coisa em relação a isso? O que seria e por quê?

### ENTREVISTA PARA O PROFESSOR ( PROFESSOR REGULAR E O DE APOIO)

- 1) Qual o seu nome?
- 2) Quantos anos você têm?
- 3) Qual a sua formação?
- 4) Quantos anos de profissão você tem?
- 5) Você fez algum curso específico para trabalhar com o PNE's? Onde foi o curso? E se possível arrumar uma copia do programa? Houve um estágio no curso, para a habilitação?
- 6) Quais as potencialidades percebidas por você com a inserção de pessoas com necessidades especiais?
- 7) Quais as dificuldades percebidas por você com a inserção de pessoas com necessidades especiais?
- 8) Você sente o apoio da escola na elaboração das aulas para esses alunos?
- 9) Como você faz a avaliação com esses alunos?